



Jogo de Carta

Os Bastidores do

jornal da

REPÚBLICA

EDIÇÃO DE SEGUNDA-FEIRA

27 DE AGOSTO DE 1979. nº 1. ANO I. Cr\$ 10,00

JONAS GONÇALVES



PROJETO EXPERIMENTAL

TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO DE JORNALISMO
Apresentação + Primeira parte (conteúdo para pré-qualificação)
4º JO D - 2005

Orientador: Professor Celso Dario Unzelte

Website: <http://jogodecarta.blogspot.com>

Capa: Raymundo Faoro (diretor-presidente), Armando Salem (diretor comercial) e Mino Carta (editor-chefe), em uma das reuniões que precederam o lançamento do *Jornal da República* – agosto de 1979 (foto: Prensa Três).

Reprodução da edição número 1 do *Jornal da República*.

APRESENTAÇÃO

Um jogo que não se encerrou

JONAS GONÇALVES

Em agosto de 1984, o regime militar no Brasil vivia os seus últimos momentos. Mesmo assim, nem a campanha pelas eleições diretas para a Presidência da República conseguiu impedir a reprovação da Emenda Dante de Oliveira, que restabeleceria a escolha do presidente pelo voto popular após 24 anos. Em janeiro de 1985, a escolha do primeiro presidente civil após 21 anos de poderio militar seria feita no Congresso Nacional, por meio do Colégio Eleitoral. Formou-se a Aliança Democrática, que lançou Tancredo Neves (PMDB) como candidato da oposição. Contra ela, o situacionista PDS (parte da antiga Aliança Renovadora Nacional – ARENA) representado por Paulo Maluf.

O embate eleitoral se tornou objeto de discussão em toda a sociedade brasileira. Mesmo sem a participação popular, o pleito possuía uma importância histórica. Atento ao fato, Roberto Gusmão, secretário de Governo do então governador de São Paulo, André Franco Montoro, idealizou um programa de televisão para confrontar partidários de Tancredo e de Maluf. Gusmão conseguiu o respaldo da TV Record, na época ainda controlada pela família Machado de Carvalho. O jornalista Mino Carta foi convidado para ser o “jogador” (ou âncora) do *Jogo de Carta*, que foi ao ar semanalmente às segundas-feiras à noite, por volta das 23 horas.

Carta aceitou mais um desafio em sua carreira na televisão. Sofrera censura e fora tirado do ar em dois outros programas: um na TV Tupi, em 1976 (*Cartas na Mesa*), e outro na TV Bandeirantes, em 1981 (*Cartão Vermelho*).

O início foi animador. Personagens importantes daquele momento histórico foram entrevistados, como Antonio Carlos Magalhães (PDS), que se tornou aliado de Tancredo após romper com Paulo Maluf.

Tancredo Neves acabou sendo eleito, mas não tomou posse. Na noite de 14 de março de 1985, véspera da cerimônia de entrega da faixa presidencial, foi internado com suspeita de diverticulite. Sofreu sete cirurgias e agonizou durante cerca de quarenta dias. Não resistiu e faleceu em 21 de abril. Quem assumiu foi o vice, José Sarney. O *Jogo*

continuou a ser jogado. Sem deixar de respeitar a verdade factual, o programa exercia o espírito crítico na fiscalização do poder, como consta na cartilha de Mino Carta.

O governo Sarney não representou a mudança com a qual muitos sonharam no tempo da ditadura. As pressões governistas aumentavam a cada dia para que o carteadado das noites de segunda fosse suspenso. O Ministério das Comunicações, comandado por Antonio Carlos Magalhães, ameaçou a Record, que se rendeu. O programa foi encerrado sem aviso prévio a Mino Carta, em abril de 1987.

O *Jogo* acabou na televisão, mas continua no jornalismo impresso. Dezoito anos depois, Mino Carta é o diretor de redação da revista semanal de informação *CartaCapital*. Uma publicação bem estruturada e de prestígio. Completamente diferente de outra criação do jogador, que é o tema desta obra (o *Jogo* do título é mais uma remissão ligada à sua trajetória).

Em 1979, Carta comandava a redação da revista *IstoÉ*, que estava em ascensão. A publicação atingira um expressivo índice de vendagem em bancas e suas reportagens, principalmente sobre as greves dos metalúrgicos do ABC, tinham repercussão. Mino queria complementar a força da semanal com um jornal diário. Projetou para o periódico uma equipe de ponta e uma estrutura sustentada por um grande aporte financeiro, a exemplo de um diário italiano que havia chamado sua atenção em 1976: o *La Repubblica*. Tanto despertou o interesse do jogador que este se propôs a fazer mais uma aposta em sua longa carreira: faria, no Brasil, *A República*.

Entretanto, problemas começaram a aparecer. O nome *A República* já estava registrado. A opção por *Jornal da República* foi feita em caráter emergencial, já que a decisão sobre o nome foi tomada poucos dias antes de o jornal ser lançado, no dia 27 de agosto de 1979.

Este é o início de uma história breve, conturbada e marcante para todos que dela participaram, como protagonistas ou não. **Jogo de Carta - Os Bastidores do Jornal da República** não pretende ser o relato definitivo sobre a história desse jornal, mas tenta trazer de volta, desde as origens, os momentos que o tornaram um “fracasso esculpido por Michelangelo”, como definiu Mino Carta, seu criador.

Este livro-reportagem começou a surgir no dia 10 de agosto de 2004, quando tive o primeiro contato com alguns exemplares do *Jornal da República*, no arquivo da Editora Três. Até então, tinha apenas ouvido falar do jornal e feito várias pesquisas sobre a trajetória de Mino Carta. Tido como o único insucesso dele no jornalismo, o *JR* chamou-me a atenção pelo grande número de jornalistas consagrados que trabalharam nele: Cláudio Abramo,

Clóvis Rossi, Ricardo Kotscho, Paulo Markun, Nirlando Beirão e Aloysio Biondi são alguns deles.

Folheando as velhas edições amareladas, não pude deixar de constatar alguns dos motivos que o levariam ao fechamento, no dia 22 de janeiro de 1980: péssima impressão e um papel muito ruim. O produto jornalístico, assim como qualquer outro, tem na aparência um dos principais pré-requisitos para atrair a atenção de leitores. Se não atende a essa imposição do mercado, estará condenado ao esquecimento nas bancas.

Ao conversar com alguns dos envolvidos na curta existência da publicação, constatei que a maioria sente saudade não só do jornal, mas daquela época como um todo. Fatos noticiados pelo *República* como a volta dos exilados pelo regime militar, as greves, a reforma partidária que extinguiu o bipartidarismo ARENA-MDB, o início tumultuado dos governos João Baptista Figueiredo no plano nacional e Paulo Maluf no estadual, em São Paulo, são marcos históricos.

Não vivi aquele tempo. Talvez esse tenha sido o principal fator que me levou a tentar recuperar o período. O jornalismo brasileiro tem uma história rica, cheia de personagens multifacetadas e publicações que merecem ter uma retrospectiva detalhada de sua atuação e da sua importância.

Alguns consideram o *Jornal da República* um veículo menor, de pouca expressão, já que durou apenas cinco meses. De fato, o jornal pecou pela precipitação: não deveria ter sido lançado sem um grande capital para suportar os primeiros tempos de existência. Em um jornal, os prejuízos se acumulam diariamente caso a vendagem em banca e o lucro com anunciantes não sejam suficientes para cobrir o custo de produção. Além disso, é necessário um competente esquema de distribuição e marketing para atrair assinantes e anúncios para os classificados.

Uma outra razão para o *República* ter tido um fim prematuro foi a tentativa de fazer um veículo para competir com os maiores jornais contando com uma estrutura da imprensa nanica. Como afirma Vera Lúcia Rodrigues no livro *Dependência ou Morte – A questão da independência na imprensa: o caso República*, o qual utiliza o *Jornal da República* como objeto de estudo, “é impossível escapar da dependência econômica e política em relação a algum grupo ou instituição. Um veículo sempre está atrelado a interesses, não só no sistema capitalista, mas em qualquer outro”.

No Projeto Experimental da Faculdade Cásper Líbero *Românticos e Otimistas – A aventura do Jornal da República*, escrito em 2000, Candice Quinelato Baptista, Fernanda Helena Costa Kanawati e Viviane Akemi Uemura analisam o *JR* sob uma perspectiva

editorial. O jornal não pertencia à grande imprensa, mas também estava fora da chamada “imprensa alternativa”. Dessa forma, pode-se concluir que o *Jornal da República* tentou ocupar um espaço inexistente no jornalismo brasileiro: uma publicação dirigida a um público mais selecionado, pela excelência de seu conteúdo, sem ser sustentado por um grande grupo. Daí o fato de os jornalistas que ali trabalharam terem sido chamados de “românticos”, “otimistas” e, por que não dizer, “sonhadores” e “aventureiros”. O próprio nome do jornal tinha uma dupla conotação: sinalizava os novos tempos que surgiam para a sociedade brasileira, com a volta da democracia (época que viria a ser conhecida como “Nova República”), e simbolizava o ideal juvenil de liberdade, uma *república* de estudantes.

Mas o jornal não foi apenas resultado do ímpeto de um grupo de jornalistas cheios de ideais democráticos. Inicialmente, foi um empreendimento conjunto de Mino Carta e Domingo Alzugaray, que era o dono da Editora Três. Eles formaram a Encontro Editorial para publicar a revista *IstoÉ*. Sempre tiveram a intenção de criar outras publicações, mas as dificuldades financeiras os levaram a adiar os planos. Quando finalmente puderam abrir o tão sonhado jornal, perceberam que não iriam durar muito. Alzugaray saiu, Mino ficou com a metade da Encontro Editorial e dividiu os outros 50% com outros jornalistas que quisessem ajudar. Era o sistema de cooperativa que surgiria no longo prazo. Em jornais europeus, como o francês *Liberation*, isso é comum até hoje. Mas, no Brasil, era algo de difícil realização.

Neste livro, serão contadas as origens de Mino Carta, o processo que levou à criação do *Jornal da República*, sua cobertura jornalística, seus profissionais, histórias que ainda não foram contadas, as tentativas de salvamento do jornal, o seu fim e o que aconteceu posteriormente.

Vire a página e *bienvenuto a il Giornale de la Repubblica*.

JONAS GONÇALVES



Parte 1

Origens e referências



Armando Falcão, Francelino Pereira, Petrônio Portella e José Bonifácio, políticos do regime militar, em 1975: a censura, representada por Falcão, o ministro da Justiça, vetava o trabalho jornalístico crítico. E Mino Carta era um dos principais alvos.

EM BUSCA DE UMA ALTERNATIVA

“Se eu fosse você, me dedicaria à pintura”.

(Armando Falcão, ministro da Justiça do governo Geisel, sugerindo a Mino Carta que se afastasse do jornalismo após sua saída de *Veja*).

- Acabou.

Em fevereiro de 1976, Mino Carta encerrou com apenas uma palavra a sua conturbada passagem pela Editora Abril. Oito anos antes, ajudara a criar ali a revista semanal de maior vendagem e prestígio até hoje no País: *Veja*.

No início a revista era apenas um sonho. No dia 11 de setembro de 1968, três meses antes do Ato Institucional Nº 5 ser decretado, a primeira edição daquela que pretendia ser a *Time* brasileira trazia na capa a foice e o martelo sobrepostos em fundo vermelho, o símbolo do comunismo, tão temido e combatido pelos militares brasileiros. O tom de provocação era claro, o que fez a revista sofrer uma forte censura desde o início. Sucessivas edições eram apreendidas das bancas, impedindo que a revista tivesse uma vendagem suficiente para se manter. Durante seis anos, o dono do grupo Abril, Victor Civita, quis fechá-la. Roberto, um de seus filhos, apoiou a publicação até a recuperação dela, a partir de 1974, com o início da política de distensão “lenta, gradual e segura” do governo Ernesto Geisel.

A abertura seria realmente lenta. Em 1975, o jornalista Vladimir Herzog, diretor de jornalismo da TV Cultura, foi morto nas dependências do Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), em São Paulo. Mesmo que os militares não assumissem publicamente, ainda havia repressão, tortura e mortes.

Mino e outros jornalistas constataram a dura realidade. Carta foi um dos que mais sentiram a morte de Herzog. Constatou que era necessário derrubar aquele regime autoritário que se arrastava por mais de dez anos. Apesar de nunca ter sido preso, ele foi vítima de uma perseguição sistemática por parte dos oficiais e dos civis da chamada “linha-dura” por conta do tom de crítica presente em *Veja*. Como diretor de redação, Mino era tido como um subversivo que influenciava o noticiário da revista.

O maior inimigo de Carta era o ministro da Justiça, Armando Falcão. Autor da Lei Falcão, que restringia a propaganda política à exibição da foto e do currículo dos candidatos na televisão (permaneceu em vigor de 1976 a 1985), o ministro pressionava Victor e Roberto Civita a demitirem Mino Carta. O objetivo era neutralizar os ataques

desferidos por *Veja*, que eram feitos mesmo com um censor dentro da redação. Em troca, o grupo Abril receberia um empréstimo de 50 milhões de dólares da Caixa Econômica Federal – pleiteado visando ao pagamento de dívidas contraídas no exterior e a uma expansão das atividades do conglomerado, que possuía de veículos jornalísticos a frigoríficos. Além disso, Falcão prometeu o fim da censura em *Veja*.

Quando descobriu o trato entre seus patrões e o governo, Mino colocou seu cargo à disposição. Os Civita queriam sua permanência, mas desejavam também que as críticas ao regime feitas pela revista fossem reduzidas. Além de um censor que vetava a maioria das matérias políticas e investigativas, ainda havia a pressão dos próprios donos da publicação. Sem saída, Carta pede demissão.

Mino Carta (à esquerda) e o presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Prudente de Moraes, em visita à redação de *Veja*, sob censura, em 1975.



Resignado, Mino Carta foi a Brasília tentar um acordo de paz com o ministro da Justiça. Armando Falcão o recebeu com frieza em seu gabinete. Olhando para Mino, não hesitou em tentar empurrá-lo de vez para fora do jornalismo:

- Se eu fosse você, me dedicaria à pintura.

Não fosse tal sugestão e Carta, que adotou a pintura como um de seus ofícios, realmente teria desistido da carreira que iniciara 25 anos antes, na redação de *O Estado de S.Paulo*.

O AMIGO FRATERO

Mino, batizado Demetrio Carta ao nascer na cidade italiana de Gênova em 3 de setembro de 1933, migrou para o Brasil em 1946 com os pais, Giannino e Clara, e o irmão Luis, a convite de Ciccillo Matarazzo. Aprendeu a ser jornalista com o pai, que foi trabalhar no jornal *O Estado de S.Paulo*.

www.ecco.com.br



Seção internacional de *O Estado de S. Paulo* em 1951: Ruy Mesquita (sentado), Cláudio Abramo (atrás), Giannino Carta (primeiro plano à direita) e Paulo Mendonça (atrás).

www.ecco.com.br



Mino e seu irmão, Luis, em 1960.

www.ecco.com.br



A primeira equipe de *Veja*, com Mino Carta ao centro, em setembro de 1968.

www.ecco.com.br



Mino Carta no primeiro plano à esquerda. Reunião de pauta em *Veja* (1972).

Em 1948, Giannino apresentou ao filho aquele que seria o mestre e ao mesmo tempo um amigo fraterno: Cláudio Abramo. Dez anos mais velho e esbanjando desenvoltura no exercício do jornalismo, Abramo impressionava Mino. Tanto que Carta aprendeu com ele os três mandamentos que formaram a sua filosofia de trabalho: apego à verdade factual, espírito crítico e fiscalização do poder.

O início na carreira teve um marco: a Copa do Mundo de 1950, realizada no Brasil. Convidado pelo jornal *Il Messaggero*, de Roma, para cobrir o campeonato mundial de futebol, Giannino Carta, que não gostava do esporte, passou a tarefa para o filho de apenas 16 anos.

Começava o jogo.

SURGE O CRIADOR

Os ensinamentos de Giannino Carta e Cláudio Abramo foram fundamentais para que Mino iniciasse o próprio caminho no jornalismo. No final de 1956, foi convidado para trabalhar em um jornal de Turim, na Itália, o *La Gazzetta del Popolo*. Saiu do Brasil casado com Daisy e lá ficou até março de 1958. A paixão pela pintura o fez realizar uma exposição de seus quadros em Milão. Mas, ao contrário do que um dia viria a sugerir o ministro Armando Falcão, o jornalismo continuaria sendo seu principal ofício. Em junho de 1958 mudou-se para Roma para trabalhar no *Il Messaggero*. Ao mesmo tempo, mandava textos e ilustrações para os brasileiros *Diário de Notícias* e *Mundo Ilustrado*.

O irmão Luis, que ficou no Brasil, era diretor editorial da Editora Abril, fundada em 1950 pelo italiano Victor Civita. Seguiu os passos do irmão mais velho, Cesar, que já havia criado a Editorial Abril na Argentina, em 1945. Em 1958, a Editora Abril publicava uma série de revistas infantis da Disney e *Manequim*, voltada para o público feminino. Porém, Victor Civita tinha idéias mais audaciosas. Uma delas era lançar a revista italiana *Quattro Ruote*, dedicada a automóveis, no Brasil. Conversou com Luis Carta em meados de 1959. Mino foi indicado pelo irmão para ser o diretor de redação.

Curioso, Civita viajou até Roma, ligou para Mino e o convidou para almoçar. Conversaram sobre a versão brasileira de *Quattro Ruote*.

– Não sei dirigir carros e não pretendo fazê-lo. – disse, surpreso, Mino, que até hoje não tem carteira de motorista. – Fico feliz com o convite, mas não posso aceitá-lo: eu não sei dirigir e nem diferencio um Volkswagen de um Mercedes. Ficaria ridículo.

– Isso é besteira – retrucou Civita – Vai lá e, se der tudo certo, vamos lançar em 1961 uma revista que vai se chamar *Veja*. Será uma concorrente da *Manchete*.

Mino concordou em pensar sobre o assunto. Conversou com a esposa, que sonhava voltar para o Brasil. Teria uma melhor situação, ganhando um bom salário. Voltou em março de 1960. A partir dali, começaria a surgir um criador e diretor de publicações.

A idéia de *Veja*, “uma revista mais para ver do que para ler”, nas palavras de Victor Civita, acabou sendo engavetada. Ela só seria retomada em 1968, mas em outras bases. Civita achou melhor seguir apenas com o plano da revista dedicada aos automóveis.

Quatro Rodas só foi lançada em agosto. Desde o primeiro número, a primogênita de Mino Carta no jornalismo fez sucesso. Ele dirigiu a revista até 1965. Outro convite, desta vez do grupo Estado, o atraiu. Em *O Estado de S.Paulo*, criou um caderno para os esportes, que ainda não possuíam um espaço próprio. Mas Júlio de Mesquita Filho, o proprietário, tinha uma missão muito maior para o jornalista: ele teria a responsabilidade de elaborar um novo diário. Vespertino.

Ao lado de Murilo Felisberto, Mino Carta iniciou o processo de formação do *Jornal da Tarde*. Vários ensaios foram realizados até que os jornalistas se tornassem repórteres e editores capazes de atender à proposta. No dia 1º de janeiro de 1966, o jornal entrou em circulação.

Sucesso absoluto.

Imediatamente, o *Jornal da Tarde* se destacou como um veículo inovador. Utilizava grandes fotos nas primeiras páginas (chamadas de *capas-pôsteres*). Além de um projeto gráfico considerado vanguardista, o *JT* fazia uma cobertura mais aprofundada do que as de outros jornais.

Mas o momento político era turbulento. O Brasil vivia os anos de chumbo. O *Jornal da Tarde*, assim como outros veículos, teve a sua liberdade cerceada pela Censura Federal. Em 1968, as tensões sociais explodiram em várias partes do mundo. Os confrontos entre estudantes e policiais nas ruas da capital francesa, Paris, representam o símbolo maior dessa luta por uma sociedade mais justa e igualitária. Mas, tanto lá como cá, a repressão foi violenta. As vozes foram caladas, mas não silenciaram por completo. Ainda havia resistência.

Mino Carta foi um dos que não quiseram se render. Naquele marcante ano de 1968, voltou para a Abril e mais uma vez materializou uma idéia. Roberto Civita queria fazer *Time*, a revista semanal mais famosa e influente do mundo, no Brasil. Assim surgiu *Veja* e todos os problemas que ela acarretou.

Entre 1968 e 1974, tanto Victor Civita como seu filho mais novo, Richard (que administrava a gráfica da Abril), quiseram fechar *Veja*. Roberto foi o único que votou contra. Tinha a solução: eliminar o tom crítico da cobertura para que a revista não sofresse censura. Para isso, teria de convencer Mino Carta a aderir ao plano.

Não conseguiu.

As divergências entre Mino e os Civita se tornaram mais evidentes. Após meses de tensão e discussões, o jornalista pediu demissão.

Pela primeira vez, o criador e diretor de publicações estava desempregado.

Mas não por muito tempo.

REVIRAVOLTA

Após o governo do general Emílio Garrastazu Medici (1969-1974), representante da linha-dura dos militares, a outra facção, apelidada de *Sorbonne* devido à condição de intelectual de seus representantes, lançou como sucessor o general Ernesto Geisel. Ao lado dele, aquele que seria conhecido como a eminência parda do presidente: Golbery do Couto e Silva. Como ministro-chefe da Casa Civil, o general Golbery era o principal articulador do governo. E também a melhor fonte para os jornalistas que cobriam política. Não à toa, Mino Carta se aproximou do general.

A proximidade foi tanta que muitos acreditavam em privilégios concedidos a Carta. Nada confirma essa tese, já que Mino chegou a ser interrogado várias vezes pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) em São Paulo e foi sistematicamente perseguido pelo ministro da Justiça, Armando Falcão. Sofreu censura em *Veja* e em outros momentos da carreira. Mas a acusação de ser um protegido do poderoso ministro perduraria por alguns anos.

A maior controvérsia é referente a um projeto de Mino Carta que em 1974 se encontrava em fase embrionária. A intenção dele era ter uma publicação própria. Uma revista semanal ou um jornal diário. Nos dois casos, seria um veículo de análise, com uma cobertura amplamente opinativa. Mino começou a discutir a idéia com pessoas próximas (dentre elas Golbery e o ministro da Fazenda no governo Medici, Delfim Netto). Politicamente, o interesse de Golbery e Delfim era ter uma contraposição aos grandes veículos de São Paulo: a própria *Veja* no segmento de revistas semanais e *Estadão* e *Folha* entre os jornais diários. Os dois aprovaram o projeto, fosse o jornal ou a revista. Em uma das conversas, Golbery perguntou:

– Escuta, mas quanto custaria fazer um jornal desse?

Mino não tinha idéia de uma cifra exata. Arriscou:

– Não sei. Acho que uns cem milhões.

– Mas não é tanto assim – discordou o general. – Vamos precisar de jornal, pois este país vai abrir.

Desde o início do governo Geisel, iniciou-se o processo de distensão “lenta, gradual e segura”, comandado pelo próprio regime. O poder retornaria aos civis a longo prazo e a censura seria suspensa.

Contudo, nenhum privilégio foi concedido a Mino Carta. Logo depois que saiu de *Veja*, sua maior fonte de recursos eram os 150 mil cruzeiros provenientes do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

Foi nessa situação que o amigo fraterno ressurgiu: Cláudio Abramo havia se tornado o diretor de redação da *Folha de S.Paulo*. Começara como chefe de produção em 1965. Foi secretário de redação entre 1967 e 1972, quando se tornou diretor de redação. Acabou afastado por pressões da Censura Federal e da própria redação, que não suportava o estilo intempestivo do chefe. Só voltaria em 1975, depois de sair da cadeia. Foi preso pelo DOI-CODI por subversão junto com a esposa, Radhá. Em 1976, reassumiu a direção geral e transformou um jornal cambaleante em uma publicação respeitada, principalmente pelo debate de opiniões de várias correntes ideológicas nas páginas 2 e 3. As mudanças feitas por Abramo iniciaram o que só viria a ser nomeado em 1984: o Projeto Folha. Anteriormente, nas décadas de 1950 e 1960, havia feito uma profunda reforma em *O Estado de S.Paulo*: profissionalizou a redação, coordenou grandes coberturas, melhorou a diagramação e fez o jornal dar mais ênfase para as questões nacionais. Por ter sido responsável pelas duas grandes reformulações do jornalismo diário paulistano, Cláudio Abramo foi definido por Mino Carta como “um maestro de orquestras jornalísticas”.

E foi o “maestro” que convidou Mino para ser articulista, ou mais um dos “músicos”. No fechamento de algumas edições, se reuniram para trabalhar juntos como nos tempos do *Estadão*. Só que Mino queria mais.

A fim de descansar e refletir, resolveu tirar férias na Itália em março de 1976. Em Roma, a capital, se tornou leitor assíduo das páginas do diário *La Repubblica*, editadas por Eugenio Scalfari, também fundador. Em 1974, com o financiamento de Carlo De Benedetti (dono da fábrica de máquinas de escrever Olivetti), o *La Repubblica*, um jornal feito por socialistas democráticos, foi lançado. Rapidamente, se tornou um rival do centenário *Corriere della Sera* em vendagem, circulação e renome.



O logotipo do *La Repubblica*; abaixo do nome, a referência ao fundador, Eugenio Scalfari.

Mino retornou ao Brasil confiante e decidido a fazer uma publicação própria, mesmo que não tivesse o apoio de uma grande empresa. Procurou ajuda. Encontrou-a no irmão Luis e em um argentino de olhos azuis, ex-ator de telenovelas, que havia se tornado um empresário do ramo editorial. Era Domingo Alzugaray.

A TRINDADE

Luis Carta e Fabrizio Fasano eram amigos próximos desde a infância. Carta, três anos mais novo que o irmão, Mino, possuía um estilo refinado, assim como o amigo.

No início da década de 1970, Carta trabalhava como diretor editorial na Abril, enquanto Fasano era dono da rede de restaurantes que levava o seu sobrenome e da marca de uísque Old Eight, líder de vendas no País. A afinidade entre ambos era tanta que desejavam construir um empreendimento em parceria. Mas precisavam de alguém com a visão necessária para que o sonho se realizasse.

Acabaram encontrando o que procuravam em um colega de Carta na Abril. O argentino naturalizado brasileiro Domingo Alzugaray uniu-se aos amigos para criar a Editora Três em fevereiro de 1972. Assim como os dois sócios, queria ter um negócio próprio.

A esposa de Alzugaray, Cátia, também foi incluída no empreendimento. Os dois chegaram ao Brasil em 1957, no Rio de Janeiro. Começaram a trabalhar na Abril na seção de fotonovelas, o mesmo que faziam na Argentina, na Editorial Abril. A partir de 1962, se estabeleceram em São Paulo.

Após quinze anos dedicados a Abril, Domingo e Cátia Alzugaray começariam a desafiar o império dos Civita. O início da Editora Três foi marcado pela coleção de fascículos culinários *Menu*, lançada no dia 10 de abril de 1972.

Luis Carta (sentado), Alzugaray (em pé) e o diretor de arte Aníbal dos Santos Monteiro definem os primeiros passos da Editora Três.



Após sair de *Veja* e ir para a *Folha*, Mino conversou com Luis, que o chamou para ajudá-lo na Três. A editora já fazia sucesso com as revistas *Status*, dedicada ao público masculino, e *Planeta*, que abordava o esoterismo. O acerto foi feito em abril de 1976. Mino deixou a *Folha* e se despediu de Cláudio Abramo mais uma vez. No entanto, fizeram a promessa de retomar a parceria em outro momento.

O JOGADOR ENTRA EM CENA

A maior parte dos recursos da Editora Três era de Fabrizio Fasano. E, justamente quando Mino Carta entrou, o *restauranteur* saiu. Decidiu se dedicar apenas aos próprios negócios. Luis e Alzugaray seriam os sócios que criariam junto com Mino uma concorrência para *Veja*, uma revista inspirada inicialmente na norte-americana *Esquire*, dirigida a um público masculino sofisticado. Nasceu *IstoÉ*.

As marcas da Editora
Três e da revista *IstoÉ*.



REPRODUÇÃO

Enquanto era desenvolvida a idéia de Mino para a concepção de uma mensal de informação com ênfase na política, Luis Carta desejava ter a própria editora. Discordava de Alzugaray sobre os rumos da Três. Enquanto Carta queria publicações de público mais restrito, como *Vogue*, Alzugaray desejava produtos de maior apelo popular.

Os três criaram uma nova empresa, a Encontro Editorial. Ela publicaria *IstoÉ*. Cada um investiu 150 mil cruzeiros. Mino utilizou o dinheiro do FGTS, que havia guardado.

Luis não quis permanecer por muito tempo. Logo passou a sua parte para o irmão e fundou a Carta Editorial. Ficou com os direitos de publicação de *Vogue*.

Sem dois de seus três fundadores, a editora perdeu a razão de seu nome. Porém, ganhou um novo rumo. Mino ficou com metade da Encontro. Tornara-se um dos donos da publicação em que trabalhava. Entretanto, fez questão de não se portar como um patrão. Continuou sendo o que sempre fora: um criador e diretor de publicações.

Só havia uma diferença: como investidor que arriscava os próprios recursos para fazer um jornalismo fora dos grandes grupos, se tornara um jogador. Tão compulsivo que foi convidado pela TV Tupi para apresentar um programa de entrevistas chamado *Cartas na Mesa*. A ironia era dupla: além da referência à postura de jogador no exercício do jornalismo, o sobrenome de Mino inspirava o nome do programa. Entretanto, a jogatina foi rapidamente tirada do ar. Mais uma vez, Armando Falcão aparecia para tentar neutralizar Mino.

O ministro constatou que ele não se dedicaria apenas à pintura.

ISTOÉ INCRÍVEL

Quatro Rodas não demorou muito tempo para se tornar um sucesso. O *Jornal da Tarde* também não. Já *Veja* sofreu durante seis anos com o flagelo do prejuízo. No sucesso ou no fracasso, Mino sempre teve, como diretor de redação, uma grande empresa que bancasse o veículo que dirigia. Nos casos citados, a Abril em *Quatro Rodas* e *Veja*, e o grupo Estado no *Jornal da Tarde*.

A partir de outubro de 1976, com *IstoÉ*, a história seria diferente. A começar pela infra-estrutura. Em vez de enormes prédios com grandes redações, um apartamento em um prédio comercial na Avenida Paulista. Era um cubículo com ante-sala, uma mesa e um banheiro. Cinco pessoas se estabeleceram ali: além de Mino Carta, três amigos que saíram de *Veja* em solidariedade a ele: Armando Salem, Tão Gomes Pinto e Fernando Sandoval. Completando o *staff* de *IstoÉ*, a secretária Zezé, também ex-*Veja*.

Entre maio de 1976 e fevereiro de 1977, quando se tornou semanal, *IstoÉ* passou por dificuldades financeiras. Teve um prejuízo de 12 milhões de cruzeiros. Mas agregou vários colaboradores de renome: Raymundo Faoro, Francisco Weffort, Carlos Guilherme Mota, Celso Lafer e Paulo Sérgio Pinheiro eram alguns deles.

Em outubro de 1977, Mino Carta e Cláudio Abramo conversaram:

- Venha para a *IstoÉ*. Em breve, lançaremos também um jornal que iremos dirigir juntos. Já pensei em tudo. Você, o Raymundo Faoro e eu seremos os editorialistas que escreverão artigos na primeira página – disse Mino, esboçando o que seria o *A República*.

Era a vez de Mino ajudar o amigo. Abramo aceitou a proposta e foi trabalhar na revista como editorialista. Havia saído da *Folha de S.Paulo* após a crise envolvendo o general Sylvio Frota, o chefe do Gabinete Militar da Presidência da República, general Hugo Abreu, e o cronista Lourenço Diaféria. Frota, representante da linha-dura entre os militares, ameaçou fechar o jornal após a publicação de uma crônica de Diaféria que ridicularizava o general Duque de Caxias, patrono do Exército. Hugo Abreu avisou o dono do jornal, Octávio Frias de Oliveira, de que a circulação da *Folha* seria suspensa por trinta dias, renováveis por quantos fossem necessários, até que o jornal demitisse Diaféria e também o diretor de redação, Cláudio Abramo, considerado o principal responsável pelo conteúdo da publicação. Sem saída, Frias substituiu Abramo por Boris Casoy na chefia de redação.

No dia 8 de junho de 1978, a censura prévia aos veículos jornalísticos foi oficialmente suspensa. Mais solta, *IstoÉ* cresceu. E atraiu Sílvio Lancellotti, Nirlando Beirão e outros profissionais que fizeram a equipe aumentar em tamanho e qualidade. Dessa forma, a sala na Avenida Paulista ficou apenas na lembrança. Dali por diante, um casarão na Rua Padre João Manoel seria a sede da equipe.

A revista ganhou prestígio entre universitários, intelectuais e alguns setores da classe média. A vendagem em banca e o número de assinantes aumentaram. No primeiro trimestre de 1979 o balanço apontava: finalmente, *IstoÉ* ficava no azul.

O entusiasmo de Mino fez com que a vontade de jogar voltasse com toda a força. Em uma reunião geral na redação, no mês de abril de 1979, Carta anunciou solenemente:

– Vamos fazer o nosso jornal.

O apoio foi geral e irrestrito.

Faltava apenas convencer o capitalista de mais essa empreitada.

– Vou falar com o Domingo. Ele vai topa.

As cartas foram colocadas em uma mesa da churrascaria Rodeio, dias depois.

ALZUGARAY ENTRA NO JOGO

A churrascaria Rodeio, um amplo restaurante localizado no número 1498 da Rua Haddock Lobo, no bairro Cerqueira César, em São Paulo, recebeu Mino Carta e Domingo Alzugaray para um almoço especial em abril de 1979. Foi ali que nasceu o *Jornal da República*.

Ou melhor: *A República*.

- Domingo, eu tive essa idéia há muitos anos. Já conversamos sobre isso. Acho que, com esse lucro da *IstoÉ*, poderemos montar uma boa estrutura e contratar jornalistas de primeiro time. – afirmou Mino, confiante.

- Mino, sinceramente não sei se já podemos criar um jornal diário – respondeu Alzugaray. - Não faço idéia de qual seja o custo de produção. Entendo de revistas, mas não de jornais.

- Não muda tanta coisa, não. Vou falar com o Salem e ele fará o cálculo com você. Ele entende disso.

- Tudo bem, vamos tentar. Diga para ele falar comigo que acertaremos tudo. Mas, quando você pretende lançar esse jornal? Aliás, ele já tem um nome?

- *A República*. Quero lançá-lo até o meio do ano, em junho ou julho.

- Gostei do nome. Acho que dará certo.

- Pode ter certeza disso.

A confiança de Mino e a adesão de Alzugaray aumentaram ainda mais quando Armando Salem, que já cuidava do departamento comercial da *IstoÉ*, se reuniu com os dois. O encontro na sala de Mino na *IstoÉ* começou com a avaliação de Alzugaray sobre o investimento:

- Nós podemos começar o jornal com uma tiragem pequena, uns 20 mil exemplares por dia. Se conseguirmos duas páginas de publicidade por dia, mais classificados e vendagem em banca, manteremos o *República* no azul. Com o tempo, vamos aumentar a tiragem e o tamanho dele. Contrataremos vários jornalistas, fotógrafos e outros profissionais para cobrirmos todas as áreas.

Mino e Salem concordaram. Contudo, Alzugaray fez uma ressalva:

- Acho que é possível fazer o jornal. Mas e a equipe? E a estrutura? Aqui nesta casa não cabe nada além da *IstoÉ*.

Salem interrompeu:

- Nós teremos de alocar a *IstoÉ* e o jornal em apenas um espaço que seja perto da gráfica na qual iremos imprimir o jornal.

Coçando a cabeça, Domingo perguntou:

- E quem irá imprimir esse jornal? A gráfica da Três não tem condições.

Sem pestanejar, Mino fez um aparte otimista:

- Tenho certeza de que iremos imprimir em uma boa gráfica. A proposta do jornal é ótima e teremos dinheiro suficiente para uma impressão de primeira qualidade.

- Então está certo – rendeu-se Alzugaray. – A bola está com vocês.

Definitivamente convencido, o dono da Editora Três e de metade da Encontro Editorial encarava o *República* como mais um investimento. Já Mino e Salem estavam entusiasmados. Assim como outros que trabalhavam na *IstoÉ*. Ao saber da anuência de Alzugaray, o editor de Cultura da revista, Nirlando Beirão, passou a fazer parte de um grupo que concentrava os mais otimistas.

Mino convocou a redação e anunciou, em maio de 1979, que alguns jornalistas seriam convidados a trabalhar no jornal. Aos poucos, a equipe foi sendo formada. Fariam parte do Conselho de Direção o editorialista Tão Gomes Pinto, o diretor de arte Hélio de Almeida, o diretor comercial Armando Salem e o jurista Raymundo Faoro, que foi nomeado diretor-presidente do *República*. Eles já formavam a alta cúpula na *IstoÉ*.

Nirlando Beirão foi escalado para editar Cultura no jornal. O seu lugar na revista seria ocupado por Wagner Carelli. Clóvis Rossi e Raul Bastos, que trabalharam juntos no *Estadão* durante oito anos e foram para a *IstoÉ* no início de 1979, também se dedicariam integralmente ao *JR*.

O editor de fotografia, Hélio Campos Mello, foi chamado por Mino Carta. Ele aceitou prontamente, mas teria que se dividir entre a revista e o jornal. Teria como parceiro João Bittar. Eles se alternariam entre os dois veículos. A equipe inicial do *JR* formada pelos dois tinha quatro fotógrafos da agência Angular: Luz Bittar (irmão de João), Ricardo Giraldez, Wagner Avancini e Solano José. O planejamento também previa que freelancers seriam contratados e fotos de outras agências seriam utilizadas.

Para editar Política, foi escolhido José Carlos Bardawil, o repórter preferido de Mino desde os tempos de *Veja*. O chefe da sucursal de Brasília da *IstoÉ*, André Gustavo Stumpf, trabalharia para a revista e para o *República*. E, na editoria de Economia, Aloysio Biondi estaria à frente no jornal.

Alguns lugares permaneceram vagos. Mino preferiu contratar novos profissionais. Os que foram cogitados de início estavam empregados.

Porém, um dia eles pararam de trabalhar.

OS JORNALISTAS FAZEM A SUA GREVE

A onda grevista que vinha desde 1978, deflagrada na região do ABC Paulista (que engloba as cidades de Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul) pelos metalúrgicos das indústrias automobilísticas, crescia cada vez mais. Líderes como Luiz Inácio da Silva, o Lula, apareciam em reportagens de capa de veículos considerados “alternativos” em relação à grande imprensa. *IstoÉ* ganhou muito de seu prestígio ao privilegiar (e apoiar) essas paralisações. O movimento dos trabalhadores se articulava, mas enfrentava uma duríssima repressão. As greves foram proibidas após o Ato Institucional Nº 5, decretado em 1968. Desde então, todos os protestos foram rechaçados impiedosamente. Bombas de gás lacrimogêneo, tiros, prisões e mortes eram corriqueiros. Apesar desses obstáculos, o ímpeto de várias categorias profissionais não diminuiu. De professores a faxineiros, todos faziam greve.

Em 1979, a maioria dos jornalistas de São Paulo, extenuados com o ritmo intenso de trabalho e insatisfeitos com as baixas remunerações (em média de 10 a 12 mil cruzeiros) resolveram paralisar as suas atividades. Duas assembléias foram organizadas no mês de maio. A primeira ocorreu no dia 17, na Igreja da Consolação, com presença de 1.500 profissionais. A proposta de greve elaborada pelo Sindicato dos Jornalistas do Estado de São Paulo (SJSP) foi aprovada, mas não atingiu o quórum qualificado de dois terços dos votantes, conforme deliberação do Comando Geral de Mobilização. A segunda assembléia, realizada cinco dias depois no Teatro da Universidade Católica (TUCA), da Pontifícia Universidade Católica (PUC), reuniu 1.692 jornalistas. A proposta final foi aprovada por 90% dos presentes.

Os discursos, inflamados por ideais da luta socialista envolvendo o proletariado (os trabalhadores) e os donos dos meios de produção (os patrões), ecoaram em todas as redações. Na madrugada do dia 23 de maio, às 3h45, a Rádio Capital anunciou o início da greve geral:

- Anunciamos que os jornalistas da Rádio Capital estão entrando em greve, assim como os profissionais de outras emissoras e de outras empresas jornalísticas.

Minutos depois, a Rádio Globo emitiu um comunicado semelhante.

A redação de *IstoÉ* aguardava com ansiedade o anúncio oficial. Moacir Japiassu, comunista histórico que não achava uma boa idéia fazer a greve, resolveu aderir por

respeito aos companheiros, mesmo que a revista não parasse. Ainda na noite do dia 22, enquanto a assembléia no TUCA acontecia, Mino reuniu a equipe e disse:

- Vamos aguardar a decisão. Se a greve for decretada, aderimos e pronto.

Foi o que aconteceu. A redação inteira parou.

As reivindicações eram duas: 25% de aumento salarial e imunidade para os representantes sindicais nas redações. No entanto, os sindicatos patronais (de jornais e revistas, rádio e televisão) não modificaram a proposta que apresentaram ainda em abril, que previa 16% de antecipação, a ser descontada na data base da categoria, em dezembro daquele ano.

O endurecimento do patronato causou um impasse. Os jornalistas, divididos entre um grupo de radicais e outro de moderados, representantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB), o “Partidão”, não se entendiam. Os radicais, também chamados de “piqueteiros” por fazerem barreiras humanas (ou “piquetes”) na frente das redações da *Folha* e do *Estadão*, queriam paralisar os veículos. Já os outros queriam negociar diretamente com os patrões. Tentando mediar as duas facções, estava o Conselho Consultivo dos Representantes de Redação (CCRR), órgão responsável pela negociação das reivindicações. O presidente do CCRR era Perseu Abramo e o vice, Augusto Nunes.

Para piorar a situação, os sindicatos dos gráficos e o que reunia os outros profissionais que trabalhavam em veículos jornalísticos não aderiram ao movimento. Dessa forma, os jornais, as revistas, as emissoras de televisão e de rádio não pararam. Mesmo entre os jornalistas, haviam aqueles que não aderiram. Os “fura-greve”, como ficaram conhecidos, entravam às escondidas pelos fundos das redações em automóveis das empresas.

Cláudio Abramo (*Folha de S.Paulo*), Mino Carta (*IstoÉ*), Milton Coelho da Graça (Editora Abril) e Roberto Muller (*Gazeta Mercantil*) tentaram fazer uma mediação entre o SJPSP e os sindicatos patronais. Elaboraram uma proposta e a entregaram ao presidente do sindicato dos jornalistas, David de Moraes. Ela consistia em três princípios: estabilidade dos grevistas por um período de 90 dias, o pagamento dos dias parados e a discussão, em um prazo de 90 dias, da imunidade dos representantes de redações. Quanto à proposta salarial, o índice era menor do que o pedido pelo sindicato. David de Moraes rejeitou a proposta.

O impasse chegou ao Tribunal Regional do Trabalho. No dia 28 de maio, a greve foi julgada como “ilegal” por unanimidade. O resultado foi o golpe final em um movimento que jamais surtiu o efeito pretendido: os jornais, revistas e demais veículos

jornalísticos não paralisaram suas atividades por completo. Como a greve não era nacional, empresas de outros estados ajudaram as paulistas a trabalhar. A ironia ficou por conta do noticiário da greve. Manchetes como “Os jornalistas continuam em greve” eram comuns. Cerca de 20% da categoria, do lado dos patrões, conseguiu derrotar um movimento que reuniu 80% dos profissionais. Com a decisão judicial, os donos de jornais, revistas, rádios e emissoras de televisão, de forma conjunta, demitiram mais de 300 jornalistas. Outros foram mantidos, mas em condições inferiores às que possuíam antes da greve. O movimento fracassara por completo. Começou na quarta-feira, 23 de maio. Terminou exatamente uma semana depois, no dia 30.

Todos sentiram o golpe. Os demitidos ficaram sem rumo, pois a lista dos grevistas circulou entre os patrões para que eles não fossem contratados. Contudo, alguns deles, além de outros que tiveram seus empregos mantidos, teriam a oportunidade de responder àqueles que os derrotaram.

O CHAMADO DE MINO CARTA

- Marcos, aqui é Raul Bastos. Estou ligando para saber se você quer entrar em um novo projeto do Mino Carta. É um jornal diário que se chamará *A República*.

- Mas é claro, Raul. Seria ótimo trabalhar com o Mino. Quando vai começar?

- Então, acho que será no mês que vem. Posso contar com você?

- Com certeza. Estou nessa. Depois da greve, vai ser ótimo trabalhar em um lugar novo. Não dava mais no *Estadão*. Fui mandado embora.

- É verdade, a greve deu com os burros n'água. Mas a vida segue em frente.

Conversas como a que ocorreu entre Raul Bastos e Marcos Fonseca se tornaram freqüentes entre os meses de junho e julho de 1979. Por telefone ou pessoalmente, jornalistas eram chamados para trabalhar em *A República*, “o jornal do Mino Carta”. Cláudio Abramo foi um dos que acreditaram no projeto. No início de 1979, saíra de *IstoÉ* para voltar à *Folha de S.Paulo*. Mas o projeto de Mino lhe atraiu e, logo depois da greve dos jornalistas, se demitiu do jornal de Octávio Frias de Oliveira. Naquele momento, estava fazendo parte do Conselho Editorial. Em *A República*, também teria uma cadeira na alta cúpula, no ali denominado Conselho de Direção. Escreveria editoriais alternando-se com Raymundo Faoro e Mino Carta, exatamente como este havia planejado dois anos antes.

Mino era tão respeitado no meio jornalístico que ninguém questionou a chance de sucesso do jornal. Como *Quatro Rodas*, *Jornal da Tarde*, *Veja* e *IstoÉ*, o *A República* seria uma “revolução”. Marcaria época como o jornal da abertura política.

Foi com esse clima que as reuniões plenárias começaram a ser realizadas na redação de *IstoÉ*. Reunidos em torno das mesas, os jornalistas expunham suas idéias. As discussões se estenderam além do previsto. O jornal não conseguiu ser implantado em julho, como foi planejado inicialmente. O lançamento foi adiado para o mês de agosto.

Enquanto isso, a imprensa queria saber: como seria esse novo jornal? A resposta foi dada por Mino Carta em entrevistas como a concedida para a *Gazeta Mercantil*, publicada na edição do dia 25 de julho de 1979. A matéria, intitulada “A fórmula de *IstoÉ*, num jornal diário”, se encerra com uma resposta para duas perguntas da repórter Claudia de Souza:

- Tudo isso é viável? Há algum fator decisivo que caracterize o projeto?

Mino sequer piscou:

- O meu talento.

SURGE O JORNAL DA REPÚBLICA

O mineiro Humberto Werneck trabalhava como editor-assistente em *Veja* quando a greve dos jornalistas eclodiu. Ele aderiu ao movimento e, como tantos outros, frustrou-se com o fracasso. Não foi demitido, mas não ficou à vontade. Viu muitos colegas serem mandados embora.

No dia 6 de junho, Roberto Pompeu de Toledo, editor de *Internacional* da revista, foi conversar com Werneck. Alto, carregando um semblante de seriedade, Pompeu exibia sinais de calvície, mas mantinha o cabelo grisalho comprido. Werneck, magro, de cabelos negros e encaracolados, bigode e óculos redondos, encarou o colega de redação com surpresa quando ele lhe revelou a novidade:

- Não sou mais o editor de *Internacional*. O Guzzo vai colocar a *Dorrit* no meu lugar. Quero te convidar para a nova editoria que irei comandar. Vai se chamar “*Idéias*”.

A idéia foi de José Roberto Guzzo, o diretor de redação. Atendendo a uma exigência de *Dorrit* Harazim, que saíra de *Veja* e fora para o *Jornal do Brasil* em meados da década de 1970 junto com o marido, Elio Gaspari, Guzzo a colocou como editora de *Internacional*. Para não correr o risco de perder Roberto Pompeu de Toledo, criou uma nova editoria, a de “*Idéias*”. Um novo espaço foi construído na redação e acomodou, além

de Pompeu, Humberto Werneck, Tales Alvarenga e Ricardo Setti. Um time admirável, mas que ficou encostado. A editoria era inexpressiva em termos de espaço na revista.

Pompeu ficou insatisfeito, ao contrário dos outros, que inicialmente apreciaram a nova empreitada. Pouco tempo depois, Pompeu aceitou prontamente o convite feito por Mino Carta para ser o editor de Mundo de *A República*. Foi autorizado a chamar quem quisesse para trabalhar na editoria. No dia 25 de julho, mais uma vez se dirigiu ao colega com um convite:

- Werneck, tenho uma ótima para você. Fui chamado para fazer parte do novo jornal que o Mino Carta e o pessoal da *IstoÉ* estão montando. Recebi carta branca para chamar quem quiser. Você vem comigo e iremos trabalhar na editoria de Mundo. Vai ser algo no estilo do *Le Monde* e do *La Repubblica*.

- Muito bom Roberto. Parece ser interessante. Quando começa esse jornal?

- Acho que daqui a um mês. Mas vamos sair daqui já. Não agüento mais. Os salários são iguais aos daqui e lá iremos produzir muito mais. Isso aqui não tem futuro.

- Então vamos sair.

Dias depois, Pompeu e Werneck se juntaram ao grupo de Mino Carta. A primeira reunião plenária a juntar todos aqueles que iriam trabalhar no jornal ocorreu no dia 7 de agosto. Sentado na cabeceira da grande mesa que ficava no centro da redação de *IstoÉ*, Mino contemplou os presentes e, sentindo-se o capitão de um navio, perguntou com sotaque italiano:

- Bom, como vai se chamar o nosso jornal?

Ninguém se atreveu a responder. Até porque o termo “nosso” era uma tentativa de estimular a participação dos colegas de trabalho. *A República* já existia. Não seria uma cópia do *La Repubblica*, mas tentaria se aproximar de um modelo consagrado na Europa, pelo qual o veículo assume uma posição socialista democrática e combativa em seus editoriais. Predominaria uma postura cética diante da realidade, mas otimista na ação. Mino fez questão de manter uma linha editorial próxima dos ensinamentos do cientista político italiano Antonio Gramsci, pelo qual sempre nutriu uma admiração. Além desse aspecto, o jornal procuraria ir além do factual no noticiário, selecionando os acontecimentos mais relevantes para a sociedade. Seria um “jornal de jornalistas”, no qual todos tinham o poder sobre as matérias que escreviam, da pauta ao texto final.

Além do *La Repubblica*, outros jornais como o francês *Liberation* e o inglês *The Independent* seguiam a mesma linha. Nas reuniões, Mino e os demais discutiram as linhas gerais do diário guiados pela intenção de fazer algo inovador para os padrões brasileiros.

A ênfase na política, apesar de já começar pelo nome do jornal, não poderia encobrir as outras editorias. Em Economia, a maior preocupação de Aloysio Biondi seria traduzir o “economês” para a população de leigos, que compunham a maioria. Além disso, a crítica à condução da política econômica seria constante, já que o Brasil vivia a triste realidade da inflação galopante.

As editorias de Cultura e Esporte foram unidas e ficaram sob o comando de Nirlando Beirão. Como precisava de um subeditor, chamou Humberto Werneck, que aceitou o convite (até então, iria acompanhar Roberto Pompeu em Mundo). O tom a ser utilizado naquele que seria o segundo caderno do jornal era de uma intensa picardia, ou seja, um tom irônico e, às vezes, sarcástico, presente na maior parte do conteúdo do *JR*. Para reforçar a equipe, além das crônicas de Telmo Martino, que faziam sucesso no *Jornal da Tarde* e passariam para o *República*, foram escolhidos Wagner Carelli (que se dividiria entre o jornal e a revista), Osmar Freitas Júnior e Carmen Cagno (Cultura), Tônico Duarte (Esporte) e Dina Amêndola (na seção Boavida, uma agenda cultural).

Sem Humberto Werneck, Roberto Pompeu de Toledo ficou com Paulo Sotero como subeditor de Mundo. Em Política, José Carlos Bardawil nomeou Luís Gonzales como subeditor. A editoria ainda contaria com André Gustavo Stumpf, Armando Rollemberg (na sucursal de Brasília) e Carlos Alberto Sardenberg (em São Paulo).

O *República* não seria diferente de outros jornais se tivesse apenas essas editorias. Por isso, criou-se um espaço inexistente nos diários tradicionais: a seção Trabalhadores, que teria uma ou duas páginas dedicadas ao sindicalismo e seria uma tribuna permanente para as reivindicações dos expoentes do movimento, como Lula. A inovadora seção era apenas uma em meio às outras que compunham a maior de todas as editorias: Geral. Chefiada por Clóvis Rossi, ela englobou as editorias São Paulo, Brasil e Polícia, além de Trabalhadores.

A equipe estava definida. Faltavam apenas a nova sede e a gráfica que iria imprimir o jornal. O lançamento ficou marcado para o dia 22 de agosto, uma quarta-feira.

Por maior que fosse a vontade de cumprir o planejamento, tudo começou a se precipitar. A começar pela gráfica. Mino Carta e Armando Salem não conseguiram se acertar com o *Diário Popular*, de Armando Ferrentini. Alegando falta de capacidade para imprimir outro jornal, Ferrentini desagradou a Carta e Salem:

- Ele tem medo da concorrência. – pensou Carta.

A confiança dos jornalistas não se abalou. Bateram na porta da *Folha de S.Paulo*. Inicialmente, foram bem recebidos. A idéia de imprimir um novo jornal não encontrou

obstáculos. Faltavam poucos dias para o lançamento do *Jornal da República*. Mino Carta e Armando Salem já se preparavam para mudar a redação da *IstoÉ* e do jornal para perto da região da Alameda Barão de Limeira. Entretanto, o inesperado aconteceu: a *Folha* não imprimiria o *JR*. A razão dada pelos responsáveis pela gráfica era a de que, após uma reavaliação das operações, foi constatada a impossibilidade de imprimir mais um jornal, além da falta de capacidade para distribuí-lo em outras praças, como no interior de São Paulo. Os jornais do grupo Folha (como a *Folha de S.Paulo* e o *Notícias Populares*) teriam tiragem e distribuição aumentadas, o que tiraria o espaço do *Jornal da República*.

Sobraram as lamentações pela perda da possibilidade de uma competente impressão off-set e também a última opção: a decadente gráfica dos *Diários Associados*, na Rua 7 de Abril, no centro de São Paulo. O acerto foi feito rapidamente. Porém, distante daquilo que Mino Carta planejava:

- Nós não trabalhamos aos sábados. E vocês terão de entregar o material pronto às 20h30. Aqui, o fechamento é realizado neste horário para que possamos dar conta de imprimir o *República* e o *Diário da Noite*.

Com um horário de fechamento tão apertado, o tempo para a elaboração de uma edição inteira seria drasticamente reduzido. Naquela época, normalmente os jornais fechavam à meia-noite. Atualmente, o horário fica em torno das 22 horas. E a qualidade da impressão seria similar a do *Diário da Noite*: no tamanho standard (24cm x 21cm), sem colorido nas fotos e em um papel-jornal de qualidade inferior ao utilizado na *Folha*, no *Estadão* e em outros jornais.

- Com o tempo iremos melhorar. – acreditou Mino.

Faltava apenas um novo endereço. A *IstoÉ* e o *Jornal da República* encontraram abrigo na Rua da Consolação, número 293. O prédio de doze andares, que abrigava a sede do Touring Club, seria ocupado do 8º ao 12º piso por jornalistas, fotógrafos, diagramadores e uma imensa vontade de fazer sucesso no mercado editorial. A revista ficou no 10º andar, enquanto o jornal foi instalado no 11º. No dia 17 de agosto, todos foram conhecer o novo local de trabalho.

O casarão da Rua Padre João Manoel deixou saudades. O conforto foi trocado por um andar que se resumia a um corredor comprido. Havia apenas um grande ar-condicionado central, que não ventilava, só tornava o ar mais frio. Para completar, os móveis eram provenientes de uma permuta feita com a Securite. Em troca de anúncios no jornal, a empresa cedeu a mobília. As máquinas de escrever seriam as de *IstoÉ* mais outras compradas por Alzugaray pouco tempo antes.

Mas isto não foi nada comparado ao barulho e à poeira levantada pelos pedreiros, que ainda tentavam ajeitar o espaço. O jornal iniciava a sua existência de forma mambembe. Paredes eram levantadas ao mesmo tempo em que reuniões ocorriam sob uma iluminação improvisada.

Os primeiros cinco dias de atividades só mostraram o quanto se estava distante do padrão que muitos daqueles jornalistas estavam acostumados. Um alento foi o trabalho realizado pelo diretor de arte, Hélio de Almeida: a concepção do logotipo e do desenho gráfico das páginas, que seriam divididas em cinco colunas, podendo ser modificadas conforme a necessidade. Inicialmente, havia uma dúvida entre uma marca no formato tradicional e reto. No entanto, preferiu-se o curvo, mais vanguardista, “para sinalizar novos tempos no jornalismo e na sociedade brasileira”, na análise do próprio Almeida.

Mino Carta e Armando Salem tentavam injetar otimismo na redação. O lançamento foi adiado para a segunda-feira seguinte, dia 27. Por conta da imposição da gráfica de não trabalhar aos sábados, o jornal não circularia aos domingos. Internamente, acreditava-se que seria até melhor não competir no dia mais disputado pelos diários, já que *Estadão* e *Folha* imprimiam verdadeiros calhamaços de dezenas de páginas. O humilde *República* ficaria apenas com 16.

Exceto na primeira edição.

UM LANÇAMENTO INESQUECÍVEL

Os jornalistas do *República* iniciaram a concepção do número zero, que já seria o número um. Não havia tempo nem estrutura para experimentações como aconteceu na preparação do *Jornal da Tarde*. Ao mesmo tempo, foi planejada uma festa para o lançamento.

Era necessária uma reportagem de impacto para marcar a primeira edição. Mino pensou em uma pauta que havia passado a Ricardo Kotscho dias antes. A matéria de capa seria “A vida torta de Mané Garrincha”, um furo na concorrência já que o ex-jogador estava desaparecido.

- Temos um desafio: o Kotscho vai atrás do Garrincha. – disse Mino na ocasião.

Ricardinho, como era conhecido entre alguns dos colegas mais velhos, se espantou. E nem esboçou reação. Ao olhar para Mino, este apenas lhe disse:

- Se vira.

Kotscho procurou o bicampeão mundial de futebol nas Copas de 1958 e 1962, Manuel Francisco dos Santos, o “Anjo de pernas tortas”. Mas encontrou-o aos 46 anos com um corpo visivelmente acima do peso e afetado pelo vício em bebidas alcoólicas, internado em uma clínica de recuperação no interior do Rio de Janeiro. Kotscho conseguiu entrevistá-lo e ele garantiu:

- Vou jogar domingo.

O repórter não compreendia como alguém poderia pensar em jogar futebol estando naquelas condições.

Mas ele era Garrincha. Para levantar algum dinheiro, aceitou o convite de um time de veteranos chamado Milionários. Kotscho e o fotógrafo Solano José viajaram de ônibus com a delegação da equipe para a pequena cidade de Pirapozinho, na região de Presidente Prudente, interior paulista. No caminho, os jogadores foram bebendo e contando piadas. Kotscho observava incrédulo e perguntou ao colega:

- Como é que esses caras vão jogar?

O Milionários, que tinha riqueza apenas no nome, entrou em campo. Com Garrincha bêbado. Alguns até duvidaram que fosse ele. No entanto, nenhum sócia seria capaz de entortar um adversário estando embriagado. Aplaudido, Garrincha caiu após vinte minutos de jogo. Desmaiou de cansaço.

A foto que saíria na primeira página da história do *Jornal da República* foi tirada na beira do campo de Pirapozinho, onde Garrincha estava sendo ovacionado por uma platéia formada por homens, mulheres e crianças. Após a partida, a imagem foi enviada para São Paulo da casa do prefeito via telefoto.

Além de 16 páginas de conteúdo, foi obtido para a primeira edição o equivalente a 12 páginas de anúncios. A equipe de publicidade, formada por cinco profissionais e comandada por Armando Salem e Márcio de Oliveira (ex-diretor da área na Editora Abril) conseguiu garantir o apoio de empresas como o Banco Itaú, o Pão de Açúcar, a Volkswagen e a fábrica de cobertores Parahyba. Um espantoso início que traria alívio e euforia aos jornalistas. Na noite de 27 de agosto, após um dia inteiro de trabalho, o jornal foi fechado às 20h30. Naquela noite, para fins de comemoração, empresários e jornalistas foram convidados para um coquetel no 12º andar do prédio que abrigava o jornal.

Alguns dos jornalistas do *JR* já estavam lá, pois trabalhavam na edição que saíria no dia seguinte. A pausa que ocorreu após as 20h30, horário do primeiro fechamento, serviria também para aguardar a chegada do número um impresso.

Laerte Setúbal, dono do Banco Itaú, e Severo Gomes, proprietário da fábrica de cobertores Parahyba, foram recepcionados por um eufórico Tónico Duarte, em pé sobre uma das mesas:

- O senhor é o meu pastor. Temos banco e cobertor!

Todos caíram na gargalhada. A veia humorística de Duarte já era conhecida.

Por volta da meia-noite, Nirlando Beirão chegou com alguns exemplares da primeira edição do *Jornal da República*. Alguns não esconderam a decepção. A foto de Solano José não era facilmente visualizada. Garrincha era identificável apenas pelas suas inconfundíveis pernas arqueadas, e não pela qualidade da imagem. O papel, ligeiramente amarelado, não deixou dúvidas de que faltava dinheiro tanto ao jornal quanto à gráfica que o imprimiu. A fotocomposição foi feita apressadamente na *IstoÉ* e também nos *Diários*. Em destaque, a manchete “Camisa-de-força no salário”, título de uma matéria escrita por Aloysio Biondi. À esquerda, o primeiro “Artigo de Fundo”, editorial de primeira página escrito por Mino Carta, reproduzido a seguir:

ARTIGO DE FUNDO

Céticos, mas otimistas na ação

MINO CARTA

A República é a melhor maneira de ser de governos democráticos. República também se chama a pensão dos estudantes, boa maneira de abrigar debaixo do mesmo teto ideais e paixões diferentes, mas igualmente inflamadas e sobretudo honestas. Este jornal, originário de antiga paixão que não esmoreceu com o tempo, alimentada por alguns entre nós mais entrados em anos, seguindo cada um caminhos próprios que agora nele se encontram pretende ser república dentro da República. E eu espero que o nome, JORNAL DA REPÚBLICA, tenha aos ouvidos dos leitores o mesmo som que ganha para nós, jovens e nem tanto, que o fazemos, som combativo sem luxo de retórica, como convém ao jornal de quem é cético na inteligência e irremediavelmente otimista na ação.

Não há, em todo caso, no rol dos nossos propósitos, aquele de oferecer proteção, garantia, tutela, a quem quer que seja ou a qualquer porção de possíveis leitores. Não estamos, hoje, fundando um partido político ou organizando uma operação assistencial. Jornal, como nós o entendemos, é outra coisa. Equilibrados entre formas radicais de ver o mundo, procuraremos neste Brasil capaz ainda de viver ao mesmo tempo épocas diferentes, a Idade Média, a véspera da Revolução Francesa, os momentos atônitos das personagens dos romances russos do século passado – procuraremos cultivar uma visão contemporânea do mundo. Por isso o JORNAL DA REPÚBLICA se reserva o direito e o dever de lutar, de uma posição crítica da sociedade e fiscalizadora do poder, contra as injustiças que assolam o nosso País; contra a prepotência de poucos imposta à maioria desvalida; contra a marginalização dos trabalhadores, ainda e sempre vitimados pela CLT fascista, constituição própria distinta da Constituição; contra a ignorância de quem, ao tentar preservar o passado, empurra a todos contra o risco do desenlace violento; contra o revanchismo eventual de quem nos anos recentes enxovalhou a dignidade do Brasil e contra toda investida dos fanáticos do Apocalipse.

A partir de hoje o JORNAL DA REPÚBLICA está presente, como uma das vozes da Sociedade Civil, manifestando os seus ideais e a sua paixão, no empenho de que a República venha a ser a democracia dos nossos sonhos.

Durante a festa, ninguém se abalou diante das dificuldades. Acreditavam que era uma situação temporária. Com as mãos um pouco borradas de tinta preta, bebiam e comemoravam. Exceto um argentino.

UM ESQUECIDO SE REVOLTA

Ao abrir o jornal na página dois, Domingo Alzugaray não encontrou motivos para sorrir. O seu nome não constava no expediente e muito menos no Conselho de Direção. A reação foi imediata:

- O meu nome não está aqui. Isso é um absurdo. Eu pago as contas. O mínimo que espero é ser lembrado no expediente.

Alguns interlocutores atentos comunicaram a insatisfação de Alzugaray a Mino pouco depois. A reação foi de espanto, já que ninguém havia atentado ao fato de que o nome de um dos donos da Encontro Editorial não estava no expediente. E Mino ouviria do próprio Alzugaray, no dia 28, uma séria ameaça:

- Se o meu nome não aparecer na próxima edição, eu saio do jornal.

Mino pediu desculpas e o erro foi reparado. Mas somente na terceira edição, em 29 de agosto. A do dia 28 já estava sendo feita a toque de caixa. O expediente seria o mesmo do dia anterior.

Em meio à pressa, surgiu no período da tarde um Armando Salem sorridente. A fala do diretor comercial foi tranquilizadora:

- Pessoal, vocês já podem fazer prestação. Vendemos 70 mil exemplares. A tiragem esgotou em poucas horas. Um sucesso!

A vibração foi intensa. Um sentimento de alívio e otimismo tomou conta da redação. A expressiva vendagem em banca foi impulsionada pelos leitores de *IstoÉ* e também pela expectativa em torno da nova publicação de Mino Carta. A tiragem de 72.890 exemplares, muito acima do que foi projetado inicialmente, jamais se repetiu. Motivos para isso não faltariam.

A SAÍDA DE ALZUGARAY

Mesmo com os nomes de Domingo e Cátia Alzugaray sendo colocados no expediente a partir do número três, o empresário permanecia irrequieto. Verificou que os anúncios sumiram a partir da segunda edição. Uns poucos permaneceram. O jornal

começou a sair com apenas 16 páginas, divididas entre dois cadernos. No primeiro, os editoriais e as reportagens de Política, Economia e Geral se dividiam. Já no segundo, Cultura e Esporte tentavam atrair os leitores não-adeptos das *hard news* (notícias mais sérias).

- Mino, estamos indo para o buraco. Errei nas contas, não dá. – repetia diariamente um desanimado Alzugaray.

- Calma Domingo. Você está sendo precipitado. Já estamos correndo atrás de mais anunciantes.

- Eu vou sair. Não quero mais ficar nessa barca furada.

A aceleração do processo de separação deixava Mino preocupado. Se Alzugaray saísse, seria um desastre. Quinze dias após o lançamento, Domingo fez uma ameaça acima do tom empregado nos dias anteriores. A sala de Mino se transformou em um campo de batalha verbal:

- Acho que vocês piraram de vez. Isso é ridículo. A tiragem e as vendas não param de cair. Como vocês querem sobreviver? O jornal está comendo o lucro da *IstoÉ*. Até a revista está sendo afetada.

- Não vou abandonar o projeto. Tem muita gente interessada em fazer o jornal vingar. Não posso dizer para eles simplesmente que iremos fechar. Vamos tentar até completarmos três meses. Se até novembro o *República* não ficar no azul, aí fechamos e não teremos que pagar encargos trabalhistas. – retrucou Mino, convicto. – Não desista tão facilmente. Sofremos três anos com a *IstoÉ*, podemos suportar isso.

Alzugaray foi convencido, depois de um árduo esforço dos componentes do Conselho de Direção, a dar mais um voto de confiança para o jornal. O mês de setembro fechou com um prejuízo de três milhões de cruzeiros. O jornal gerou com a venda de exemplares e vinte páginas de publicidade (o ideal teriam sido 55), oito milhões. As despesas somaram onze milhões. Uma parte do prejuízo foi coberta com os dois milhões de lucro obtidos pela *IstoÉ*. A outra foi bancada por Domingo Alzugaray.

No início de outubro, pouco mais de um mês depois do lançamento do jornal, Domingo Alzugaray sentenciou:

- Continuamos no prejuízo: 40 milhões! Chega! Acabou, Mino. Não quero ir à falência.

- Então você sai. Do jornal e da *IstoÉ*. Sai da Encontro.

- Então eu saio das duas. No prejuízo, eu não fico.

Na edição de 6 de outubro da *Gazeta Mercantil*, o mesmo jornal que, pouco mais de um mês antes, havia publicado uma entrevista na qual Mino garantiu que o talento dele sustentaria o *Jornal da República*, trazia outra matéria que tinha no título o resumo da nova situação:

“Carta fica sozinho no controle da Encontro Editorial”.

FIM DA PARTE 1